



**POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**ÁKILA VINÍCIUS PEREIRA BEZERRA
FLÁVIO MARCÍLIO RIBEIRO DE OLIVEIRA**

**A PROTEÇÃO DE DIGNITÁRIOS EM APARIÇÕES PÚBLICAS: Estudo de
Casos sobre as Vulnerabilidades e Medidas de Segurança no Brasil**

**JOÃO PESSOA/PB
2025**



Assinado com senha por [CMG74617] [SENHA] NATÁLIA ARANHA MACIEL DA SILVA em 23/05/2025 - 10:30hs.
Documento Nº: 7799075-4880 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7799075-4880>



CMGDIN202500429A

ÁKILA VINÍCIUS PEREIRA BEZERRA
FLÁVIO MARCÍLIO RIBEIRO DE OLIVEIRA

**A PROTEÇÃO DE DIGNITÁRIOS EM APARIÇÕES PÚBLICAS: Estudo de Casos
sobre as Vulnerabilidades e Medidas de Segurança no Brasil**

Artigo apresentado ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisa (CEPE), da Polícia Militar da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Segurança Pública.

Orientador: Cel. Geraldo Marques dos Prazeres Júnior
Linha de Pesquisa: Segurança Pública

JOÃO PESSOA/PB
2025



Assinado com senha por [CMG74617] [SENHA] NATÁLIA ARANHA MACIEL DA SILVA em 23/05/2025 - 10:30hs.
Documento Nº: 7799075-4880 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7799075-4880>



CMGDIN202500429A

A PROTEÇÃO DE DIGNITÁRIOS EM APARIÇÕES PÚBLICAS: Estudo de Casos sobre as Vulnerabilidades e Medidas de Segurança no Brasil.

Cap. Ákila Vinícius Pereira Bezerra¹
Cap. Flávio Marcílio Ribeiro de Oliveira²

RESUMO

A segurança de dignitários, um dos ramos da segurança pública, refere-se à proteção de indivíduos em posições de destaque. Esse trabalho teve como objetivo principal identificar as vulnerabilidades relacionadas às aparições públicas de autoridades do poder executivo no Brasil, analisando as medidas de segurança implementadas para a proteção desses dignitários. Método: estudo de caso que permite uma investigação aprofundada de especificidades dentro de seu contexto real, considerando múltiplas fontes de evidência. Para tanto, foram selecionados três casos emblemáticos para análise, devido à sua relevância para investigar vulnerabilidades nos protocolos de segurança adotados. A coleta de dados foi realizada a partir de fontes documentais, como relatórios oficiais, artigos científicos, matérias jornalísticas e registros audiovisuais disponíveis em bases públicas. Evidenciaram-se sete blocos discursivos, a saber: Proteção De Dignitários Em Aparições Públicas: Desafios E Estratégias; Caso Jair Bolsonaro: Falhas No Controle De Acesso E Coordenação; Caso Geraldo Alckmin: Aglomerações Hostis E Falta De Monitoramento; Caso Mário Covas: Decisões Pessoais X Protocolos De Segurança; Implementação De Tecnologias Avançadas Na Segurança De Dignitários; Recomendações Para A Melhoria Dos Protocolos De Segurança. Após as análises, foram identificadas falhas na segurança de dignitários que podem impactar a imagem do Estado e a sociedade, especialmente em contextos de polarização política. A construção de protocolos robustos, baseados em princípios éticos, legais e operacionais, é essencial para prevenir incidentes e garantir a eficácia das ações de proteção.

Palavras-chave: Segurança de autoridades; Dignitários; Proteção.

ABSTRACT

Security of dignitaries, one of the branches of public security, refers to the protection of individuals in prominent positions. The main objective of this study was to identify the vulnerabilities related to public appearances of executive branch authorities in Brazil, analyzing the security measures implemented to protect these dignitaries. Method: case study that allows an in-depth investigation of specificities within their real context, considering multiple sources of evidence. To this end, three emblematic cases were selected for analysis, due to their relevance to investigate vulnerabilities in the security protocols adopted. Data collection was carried out from documentary sources, such as official reports, scientific articles, journalistic articles and audiovisual recordings available in public databases. Seven discursive blocks were highlighted, namely: Protection of Dignitaries in Public Appearances: Challenges and Strategies; Jair Bolsonaro Case: Failures in Access Control and Coordination; Geraldo Alckmin Case: Hostile Crowds and Lack of Monitoring; Mário Covas Case: Personal Decisions X Security Protocols; Implementation of Advanced Technologies in the Security of Dignities; Recommendations for Improving Security Protocols. After the analyses, flaws in the security of dignitaries were identified that can impact the image of the State and society, especially in contexts of political polarization. The construction of robust protocols, based on ethical, legal and operational principles, is essential to prevent incidents and ensure the effectiveness of protection actions.

Key words: Security of authorities; Dignitaries; Protection.



Assinado com senha por [CMG74617] [SENHA] NATÁLIA ARANHA MACIEL DA SILVA em 23/05/2025 - 10:30hs.
Documento Nº: 7799075-4880 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7799075-4880>



CMGDIN202500429A

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
3. METODOLOGIA.....	8
3.1 Tipo de Estudo.....	8
3.2 Organização do material coletado.....	9
3.3 Procedimentos da análise documental.....	9
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	10
4.1 Proteção De Dignitários Em Aparições Públicas: Desafios E Estratégias.....	10
4.2 Caso Jair Bolsonaro (2018): Falhas No Controle De Acesso E Coordenação.....	10
4.3 Caso Geraldo Alckmin: Aglomerações Hostis E Falta De Monitoramento.....	12
4.4 Caso Mário Covas (Usp, 2000): Decisões Pessoais X Protocolos De Segurança...	13
4.5 Implementação De Tecnologias Avançadas E Recomendações Para A Melhoria Dos Protocolos De Segurança.....	14
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
REFERÊNCIAS	18



1. INTRODUÇÃO

A segurança dos dignitários é um campo da segurança pública que se concentra na proteção de indivíduos em posições de destaque. Além disso, a segurança desses indivíduos é vital para a estabilidade política e social, garantindo que possam desempenhar suas funções sem impedimentos, contribuindo para uma administração eficiente (Cavalcante, 2019). Assim, sua proteção vai além de uma simples incumbência, sendo uma atividade essencial para garantir o bom funcionamento do sistema político-administrativo brasileiro (Ribeiro Filho, 2019).

Discute-se a relação entre autoridades e dignitários, ambos conceituados como figuras públicas que exercem um alto cargo ou gozam de um título proeminente. No entanto, ao passo que as autoridades, como chefes do Executivo, são eleitas pelo voto popular para representar os interesses da sociedade, os dignitários podem incluir diplomatas e outros representantes de alto nível. Devido à visibilidade e ao poder que detêm, esses grupos estão sujeitos a riscos que exigem medidas especializadas de segurança (Borba; Cardoso, 2021).

Importante ressaltar que essa segurança tem um caráter essencialmente preventivo, buscando evitar confrontos e situações de risco. Assim, a formação militar ou policial, por si só, não é suficiente para o exercício da atividade, sendo necessário um treinamento específico que envolva planejamento estratégico, análise de risco e medidas preventivas eficazes.

No Brasil, é comum o fato das autoridades estarem próximas da população. No entanto, essa exposição traz consigo uma série de riscos à segurança, especialmente em eventos públicos. A presença de grandes multidões e o fácil acesso a locais públicos aumentam a vulnerabilidade a algum tipo de agressão, seja física ou verbal (Ribeiro Filho, 2019).

Além disso, a ampla exposição desses indivíduos, especialmente em eventos de grande repercussão midiática, exige a aplicação rigorosa de medidas de segurança. Essa visibilidade evidencia a necessidade de explorar as vulnerabilidades associadas às aparições públicas e avaliar a eficácia das medidas de segurança adotadas para proteger esses dignitários.

Vale ressaltar que, ao desempenharem posições de alta relevância, as autoridades executivas se tornam alvos potenciais de indivíduos ou grupos descontentes com suas decisões ou atividades. Cavalcante (2015) destaca a importância de se adotar uma abordagem eficaz e completa na segurança, afirmando que "não se faz 'meia segurança', ela tem de ser a mais eficaz e completa possível, pois, ao contrário, se constituirá num desperdício inútil de esforços."

A escolha da temática fundamenta-se em experiências pessoais como operadores na área de proteção e segurança de autoridades e dignitários, nas quais emergem inquietações decorrentes das dificuldades e fragilidades enfrentadas para proteger e salvaguardar a vida, a



integridade física e a moral dessas personalidades de destaque. Sob a ótica do princípio da eficiência, esta pesquisa busca evidenciar vulnerabilidades às quais as autoridades executivas estão sujeitas, além de destacar medidas de proteção eficazes que visem mitigar, de forma técnica e planejada, os riscos identificados. Também propõe-se a otimização do uso dos recursos disponíveis para alcançar resultados e objetivos previamente definidos.

Nesse contexto, reportagens jornalísticas trazem ocorrências que servem de estudos de caso para o desenvolvimento de estratégias de prevenção em eventos com dignitários. Três momentos de vulnerabilidade envolvendo figuras públicas serão analisados: a facada desferida contra Jair Bolsonaro, durante um ato de campanha em Minas Gerais (Folha de São Paulo, 2018); a agressão ao ex-governador de São Paulo, Mário Covas, durante uma visita à Secretaria de Educação (Folha de São Paulo, 2000); e o episódio em que Geraldo Alckmin foi vaiado e chamado de "assassino" durante uma visita à Universidade de São Paulo (Folha de São Paulo, 2016).

Esses estudos de caso proporcionam uma investigação minuciosa de eventos específicos, permitindo a compreensão de nuances que poderiam passar despercebidas em abordagens mais amplas. Ademais, ao examinar um caso particular dentro de seu contexto natural, é possível compreender o fenômeno em estudo e assimilar melhor as influências sociais, culturais, econômicas e políticas que o afetam. Dessa forma, a análise conduzida não apenas amplia o entendimento sobre as fragilidades identificadas, mas também contribui para o aprimoramento das estratégias de segurança em situações futuras.

Diante dos desafios colocados na segurança das autoridades públicas do poder executivo em aparições, este estudo busca responder: Quais foram os possíveis erros nos protocolos de segurança adotados? Como as falhas identificadas nos estudos de caso comprometeram a proteção dos dignitários?

Com base nesses questionamentos, o objetivo desta pesquisa foi identificar as vulnerabilidades presentes nas aparições públicas de autoridades do poder executivo no Brasil, analisando, ainda, falhas nas medidas de segurança e, por fim, os fatores que comprometeram sua eficácia.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de segurança de autoridades tem raízes históricas que remontam às primeiras civilizações humanas, onde líderes políticos, religiosos e militares enfrentaram ameaças à sua segurança devido à sua posição de poder e influência. Para se protegerem de possíveis ataques, tanto internos quanto externos, esses líderes adotaram medidas de segurança, como guardas



pessoais e fortificações. Faraós egípcios, por exemplo, contavam com guardas reais, enquanto os imperadores romanos eram protegidos pela Guarda Pretoriana (Silva; Pereira, 2019).

A segurança de autoridades no Brasil é regulamentada por um conjunto de normas que visam garantir a proteção de dignitários e dos órgãos públicos. No âmbito federal, a Lei nº 14.600/2023, define a Lei Orgânica da Presidência da República, estabelecendo a estrutura e competências dos órgãos subordinados à Presidência, incluindo o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), que coordena as ações de inteligência e segurança voltadas à proteção do Presidente da República e outras autoridades (Brasil, 2023).

Além das normativas federais, outros estados implementam legislações próprias, a exemplo de São Paulo, Minas Gerais e Paraíba. Essas regulamentações estruturam os órgãos responsáveis pela segurança e estabelecem diretrizes para a proteção de agentes públicos.

Em São Paulo, o Decreto nº 48.526/2004, atribui à Ajudância de Ordens a responsabilidade pela proteção do Governador e de outras autoridades estaduais (São Paulo, 2004). Já em Minas Gerais, o Decreto nº 48.710/2023, regulamenta a atuação integrada das forças de segurança em eventos oficiais e deslocamentos de dignitários (Minas Gerais, 2023). Na Paraíba, a Lei Estadual nº 10.804/2016 que altera a Lei complementar nº 74/2007, dispõe sobre a segurança pessoal do Governador e do Vice-Governador, de suas famílias e dos locais de trabalho e das residências por eles utilizadas, articulando-se com os demais Órgãos de Segurança do Estado (Paraíba, 2016).

Diante dessas regulamentações, a proteção de dignitários consiste em um conjunto de medidas de segurança implantadas em torno de uma pessoa e ao seu entorno. Esse sistema de proteção visa controlar o ambiente ao redor da pessoa protegida, prevenindo ataques ou ameaças a ela e a outros indivíduos sob risco. As aparições públicas representam um dos maiores desafios para a segurança de autoridades, pois envolvem contato direto com a população e exposição a ameaças imprevisíveis. Diante do exposto, as ameaças de ataques são significativas, uma vez que as autoridades podem atrair indivíduos ou grupos que discordam de suas posições políticas, atos de governo ou têm motivos pessoais para prejudicá-las.

Proteger uma autoridade em meio a uma grande concentração de pessoas é uma tarefa complexa para as equipes de segurança. No entanto, a eficácia dessas medidas nem sempre recebe a devida atenção, especialmente em contextos onde os riscos são subestimados. Muitas vezes, a prevenção é negligenciada até que ocorra uma falha grave, evidenciando vulnerabilidades que poderiam ter sido corrigidas antecipadamente. Conforme traz Cavalcante (2014, p.09):



A qualidade da proteção de autoridades vem procurando melhorar com o passar dos anos. Entretanto, o problema é que, normalmente, só se aprende com os erros e existe uma tendência natural para se desacreditar ou menosprezar aquilo que não se vê o que raramente acontece ou que só acontece "nos outros países". São justamente essas falhas as maiores responsáveis pelos êxitos dos criminosos e terroristas quando no cometimento de atentados."

Dessa forma, estratégias preventivas tornam-se fundamentais, incluindo análise prévia dos locais, inspeção de rotas e pontos de entrada e saída, além da cooperação com forças policiais locais e do uso de tecnologia de vigilância.

A proteção de dignitários depende diretamente da atuação dos agentes de segurança. De acordo com Cavalcante (2014), os seguranças são profissionais preparados para enfrentar situações exigentes e arriscadas a qualquer momento. Eles sabem que, em qualquer planejamento, há uma margem de falha que não pode ser completamente eliminada. Essa percepção justifica a necessidade de redobrar os cuidados, precaução muitas vezes não compreendida, seja pelos protegidos ou pelo público em geral.

Os agentes de proteção são treinados para lidar com situações em que o planejamento pode não ser suficiente. Esse treinamento contínuo e a habilidade de adaptação asseguram que, em caso de imprevistos, a segurança da autoridade seja preservada ao máximo. Logo, a eficácia do planejamento está ligada à competência e à preparação dos agentes de proteção, que exercem função imprescindível na implantação do planejamento estratégico (Ribeiro Filho, 2019).

Quando se trata de segurança pessoal, os procedimentos são dinâmicos, e os planejamentos devem ser personalizados para lidar com os riscos específicos que um dignitário pode enfrentar. Dessa forma, uma determinada autoridade pode estar bem protegida, estando apenas com dois agentes responsáveis por sua guarda, enquanto outra autoridade, considerada um alvo potencial, pode ser extremamente vulnerável mesmo estando cercada por uma multidão de agentes bem armados e preparados (Dall'Acqua, 2018).

Nesse sentido, estudos de caso são fundamentais para identificar falhas e aprimorar estratégias de proteção. Casos de repercussão nacional, como o atentado contra o então candidato à presidência Jair Bolsonaro (Folha, 2018), o incidente envolvendo Geraldo Alckmin em sua passagem pela Universidade de São Paulo (USP) (Folha, 2016) e o ataque a Mário Covas em um protesto (Folha, 2000), ilustram os riscos significativos das aparições públicas de autoridades e revelam falhas nos protocolos de segurança.

3. METODOLOGIA

3.1 TIPO DE ESTUDO

O estudo de caso é uma abordagem metodológica que investiga um fenômeno dentro de



seu contexto real, considerando múltiplas fontes de evidência. Segundo Yin (2001), essa metodologia é particularmente útil quando se busca compreender eventos complexos, nos quais as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidas.

A escolha do estudo de caso se justifica pela necessidade de examinar situações reais relacionadas à segurança de autoridades do poder executivo, permitindo uma exploração detalhada dos eventos e das falhas nos protocolos de segurança adotados. Além disso, permite uma melhor compreensão dos fatores que influenciam a eficácia das estratégias de segurança, proporcionando uma análise detalhada das circunstâncias, ações e impactos de cada episódio, contribuindo para a proposição de melhorias nos protocolos de segurança.

3.2 ORGANIZAÇÃO DO MATERIAL COLETADO

O presente trabalho analisa incidentes relacionados a falhas na segurança de dignitários no Brasil. Para isso, foram selecionados três casos emblemáticos: a facada contra Jair Bolsonaro, a agressão verbal envolvendo Geraldo Alckmin e a agressão física a Mário Covas. A escolha desses eventos baseia-se em sua relevância para a investigação de fragilidades nos protocolos de segurança adotados em momentos muito bem divulgados pela imprensa nacional.

A coleta de dados foi realizada a partir de fontes documentais e bibliográficas, incluindo relatórios oficiais, artigos científicos, matérias jornalísticas e registros audiovisuais disponíveis em bases públicas e privadas. As principais bases de dados consultadas foram: Scopus, Web of Science, Google Scholar (Google Acadêmico), Redalyc, SciELO, DOAJ (Directory of Open Access Journals), HeinOnline, SSRN (Social Science Research Network), JSTOR, UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime), CIS (Centro de Investigaciones Sociológicas), Cairn.info e PolicyArchive. Essas bases foram selecionadas por sua relevância para a temática estudada.

Os critérios de inclusão abrangeram documentos indexados em bases de dados, publicados em português, incluindo livros, relatórios, notas, editoriais, monografias e dissertações, desde que abordassem a temática investigada, sem restrição temporal. Foram excluídas publicações que não tratassem do tema ou que não fossem aplicáveis ao contexto normativo, doutrinário ou operacional da segurança de dignitários no Brasil, bem como aquelas publicadas em outros idiomas.

3.3 PROCEDIMENTOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL

Utilizou-se a análise interpretativa dos materiais selecionados com o objetivo de compreender onde estavam as vulnerabilidades encontradas, tanto para as autoridades quanto para as equipes responsáveis pela proteção destas, propondo, assim, medidas que visassem



mitigar e minimizar os riscos enfrentados. Os métodos interpretativos permitiram ao pesquisador criar um diálogo entre os conceitos práticos das próprias experiências pessoais e profissionais. Dessa forma, foi possível compreender o mundo dos conceitos e traçar estratégias a partir destes (Santos; Neves; Carnevale, 2016).

Os dados utilizados nos casos estudados são provenientes de fontes de domínio público, garantindo que nenhuma informação pessoal ou sigilosa tenha sido acessada ou divulgada. A pesquisa respeitou os princípios éticos da transparência e integridade científica, assegurando que a análise fosse realizada de forma responsável e dentro dos preceitos legais e normativos vigentes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PROTEÇÃO DE DIGNITÁRIOS EM APARIÇÕES PÚBLICAS: desafios e estratégias

A proteção de dignitários em aparições públicas envolve uma ampla gama de estratégias e desafios operacionais. Conforme Dourado (2010), a análise de vulnerabilidades nesse contexto deve considerar fatores como o ambiente, o comportamento do público, a exposição midiática e as características específicas da autoridade protegida. Dessa forma, a segurança pessoal de dignitários não se limita a uma questão técnica, mas também possui implicações políticas e sociais, uma vez que falhas nesse sistema podem gerar impactos significativos para a sociedade e para o Estado democrático.

4.2 CASO JAIR BOLSONARO (2018): falhas no controle de acesso e coordenação

O cenário brasileiro revela que, apesar das medidas existentes, a proteção de dignitários enfrenta desafios e limitações práticas significativas. O atentado contra o então presidente Jair Bolsonaro, ocorrido em 6 de setembro de 2018, durante um ato de campanha em Juiz de Fora (MG), ilustra essas fragilidades. Bolsonaro foi esfaqueado enquanto era carregado por apoiadores no centro da cidade. O agressor se aproximou sem ser percebido e desferiu o golpe, demonstrando lacunas críticas na gestão do evento. Após o ataque, o candidato foi retirado do local e levado, em estado grave, à Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora (Folha, 2018).

Esse episódio demonstra como a ausência de um planejamento minucioso e a falta de integração entre as forças de segurança podem resultar em consequências graves (Cunha, 2020). O controle de acesso inadequado permitiu que um indivíduo armado se infiltrasse na multidão, sem ser identificado previamente. A ausência de um distanciamento seguro eliminou qualquer



margem para ação preventiva. Além disso, a desorganização no deslocamento do candidato dificultou a reação da equipe de segurança, reduzindo a eficácia da resposta imediata.

Nesse contexto, destaca-se que a segmentação do público e o uso de barreiras físicas são medidas essenciais para restringir aproximações não autorizadas. A revisão desse caso aponta para medidas fundamentais que devem ser implementadas em operações futuras, como fortalecimento do controle de acesso por meio de varreduras de segurança; adoção de protocolos rigorosos de distanciamento, reduzindo interações espontâneas; treinamentos especializados para resposta a ataques diretos, incluindo imobilização rápida do agressor e evacuação estratégica do dignitário.

Segundo Cavalcante (2014), protocolos de segurança em deslocamentos a pé devem incluir técnicas de imobilização e desarme do agressor por meio de defesa pessoal, uso de bastão ou arma de choque, e até mesmo disparos precisos para neutralização da ameaça. No entanto, no caso de Bolsonaro, a equipe de segurança não conseguiu visualizar o agressor a tempo, impossibilitando qualquer resposta eficaz. Dentre os principais tipos de segurança aplicados a dignitários, três aspectos cruciais demonstraram falhas significativas no caso em questão:

- **Segurança aproximada:** Refere-se às ações rápidas para proteger o dignitário em tempo real. No atentado contra Bolsonaro, a resposta da equipe mostrou-se ineficaz em neutralizar a ameaça com rapidez, evidenciando a necessidade de um preparo mais robusto para lidar com ataques inesperados (Cunha, 2020).

- **Segurança velada:** Atua de maneira discreta, para evitar chamar a atenção sobre a equipe de proteção. No incidente, a falha em integrar a segurança velada com a segurança ostensiva contribuiu para que o agressor se aproximasse sem ser detectado, destacando a importância de aprimorar esse tipo de proteção (Silva, 2019).

- **Segurança ostensiva:** Consiste na visibilidade das forças de segurança, para desmotivar potenciais agressores e controlar a área. No caso citado, a segurança ostensiva foi insuficiente para impedir a aproximação do agressor, demonstrando falhas no controle do perímetro ao redor de Bolsonaro (Almeida, 2021).

Outro fator determinante foi a falta de coordenação entre as diferentes forças de segurança envolvidas. Em eventos de alto risco, a integração entre agentes federais, estaduais e municipais é crucial para evitar lacunas na proteção. A ausência de protocolos bem definidos comprometeu a resposta ao incidente, evidenciando a necessidade de uma cadeia de comando clara e de treinamentos específicos para cenários de ataques direcionados (Silva, 2019).

O atentado contra Jair Bolsonaro reafirma a necessidade de constante aprimoramento dos protocolos de segurança. A evolução das ameaças exige uma abordagem proativa, onde a



prevenção e a adaptação a novos cenários são essenciais para garantir a integridade de autoridades e do público.

4.3 CASO GERALDO ALCKMIN: aglomerações hostis e falta de monitoramento

Em 2016, durante uma visita à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), o ex-governador Geraldo Alckmin se viu envolvido em uma situação de risco quando um grupo de manifestantes opositores se aproximou, proferindo agressões verbais e criando um ambiente de tensão. Esse episódio expôs deficiências no monitoramento preventivo e no controle das multidões, resultando na formação de uma aglomeração hostil que comprometeu a segurança do dignitário e do público presente.

A análise do incidente revela falhas estratégicas nos três níveis de segurança: aproximada, velada e ostensiva. A segurança aproximada, que deveria garantir a proteção imediata e a retirada segura do ex-governador, não conseguiu implementar uma resposta ágil e coordenada. A segurança velada, responsável pela identificação de comportamentos suspeitos de forma discreta, não antecipou os sinais de hostilidade, impedindo uma ação preventiva. Já a segurança ostensiva, cuja função é a dissuasão e controle do espaço, mostrou-se ineficaz ao permitir a aproximação descontrolada dos manifestantes.

O evento demonstra a necessidade de um planejamento mais rigoroso, alinhado à Teoria dos Círculos Concêntricos e aos Perímetros de Segurança. A aplicação dessas estratégias possibilita a criação de barreiras de proteção escalonadas, que impedem aproximações inesperadas e garantem evacuações rápidas em situações de risco. Além disso, o uso de inteligência avançada, como análise preditiva e monitoramento digital, poderia ter auxiliado na antecipação de ameaças, evitando a escalada do conflito.

Michel Foucault, amplamente reconhecido por suas análises das instituições sociais, do poder e do conhecimento, discute em sua obra *Vigiar e Punir* a relação entre poder, disciplina e controle social, destacando como esses fatores podem expor o indivíduo ao risco. Além disso, assim como Foucault (1975) aponta para a imposição de identidades estigmatizadas por meio do julgamento social, Bourdieu (1989) argumenta que a violência não se limita à repressão física, manifestando-se também por meio de formas simbólicas de controle, como a rotulação e o julgamento social. Nesse sentido, a violência moral opera como um poder sutil que impõe identidades estigmatizadas e subjuga os indivíduos sem recorrer à força direta.

No caso de Alckmin, as agressões verbais e a exposição à provocações da multidão configuram um exemplo de violência moral, afetando sua imagem pública e intensificando o risco de escalada para agressões físicas.



Diante do exposto, observa-se que o incidente em questão teria sido evitado se houvesse sido feita a adoção de um planejamento de segurança baseado na integração entre segurança ostensiva, velada e aproximada, associada ao uso de tecnologia e inteligência estratégica. A presença de agentes infiltrados para coleta de informações, combinada com o emprego de *big data* para identificação de padrões de comportamento de grupos opositores, poderia ter mitigado os riscos e garantido maior controle sobre o ambiente (Souza, 2023). O caso Alckmin reforça a necessidade de protocolos mais rígidos e treinamento especializado para atuação em eventos de alto risco.

4.4 CASO MÁRIO COVAS: decisões pessoais x protocolos de segurança

A segurança de dignitários é baseada em protocolos estruturados para evitar incidentes críticos. No entanto, decisões pessoais podem comprometer a eficácia de medidas protetivas, como ocorreu no caso do então governador de São Paulo, Mário Covas, em 1º de junho de 2000. Durante um deslocamento à Secretaria de Estado da Educação, Covas optou por atravessar um acampamento de professores grevistas, desconsiderando alertas de sua equipe de segurança. A ausência de distanciamento estratégico e o contato direto com manifestantes resultaram em um confronto violento, no qual o governador foi atingido por objetos arremessados e sofreu ferimentos na testa e no lábio superior (Folha, 2000).

Diante desse cenário, algumas diretrizes fundamentais devem ser reforçadas na segurança de autoridades. A equipe de segurança deve priorizar a análise de risco, tendo autonomia para impor medidas preventivas independentemente das preferências pessoais do protegido. A implementação rigorosa do isolamento físico é essencial, pois o distanciamento estratégico reduz a exposição a ameaças, sendo particularmente importante em eventos com potencial para manifestações ameaçadoras. Além disso, o treinamento contínuo também deve ser uma prioridade, com simulações de cenários de crise e o reforço na tomada de decisões estratégicas. Por fim, é necessário que os dignitários estejam cientes de que a segurança não pode ser comprometida em função de estratégias de imagem, especialmente em contextos politicamente polarizados.

O episódio evidenciou erros tanto na aplicação dos protocolos de segurança quanto na disposição do dignitário em segui-los. A decisão de ignorar as recomendações técnicas das equipes de segurança foi determinante para o desfecho do incidente. Apesar dos alertas sobre o risco da aproximação, Covas optou por seguir seu próprio julgamento, ignorando protocolos estabelecidos (Youtube, 2000; Jornal do Brasil, 2016).



Para o sociólogo Erving Goffman (1959), na vida cotidiana, os indivíduos gerenciam cuidadosamente a forma como se apresentam aos outros, buscando influenciar as percepções e os comportamentos alheios em relação a si mesmos. No entanto, essa performance social pode expô-los a riscos, especialmente quando não conseguem atender às normas e expectativas sociais estabelecidas.

Essa perspectiva é fundamental para compreender como figuras públicas, ao priorizarem a construção de uma imagem de acessibilidade, podem ignorar conselhos técnicos e subestimar ameaças. No caso de Mário Covas, as principais vulnerabilidades incluem a insuficiência na implementação de medidas de isolamento físico, a ineficiência no monitoramento do ambiente e a decisão do dignitário de desconsiderar os protocolos de segurança. Essas falhas, associadas à intenção do então governador de reforçar sua imagem pública, agravaram significativamente os riscos envolvidos (Jornal do Brasil, 2016).

O caso Mário Covas reforça que a segurança de dignitários deve ser conduzida com base em planejamento técnico e autoridade operacional. A adesão aos protocolos estabelecidos não deve ser encarada como uma mera recomendação, mas como um requisito fundamental para a proteção do dignitário e da ordem pública. A conciliação entre segurança e imagem política deve ser feita sem que a integridade física do protegido seja comprometida.

4.5 IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIAS AVANÇADAS E RECOMENDAÇÕES PARA A MELHORIA DOS PROTOCOLOS DE SEGURANÇA

A evolução dos protocolos de segurança exige a integração de tecnologias avançadas e a revisão contínua das estratégias adotadas. Incidentes passados demonstraram falhas estruturais atribuídas à falta de treinamento adequado, subestimação de novas tecnologias e coordenação ineficaz entre as agências responsáveis (Goffman, 1959).

A utilização de drones, sistemas de reconhecimento facial em tempo real e análise de redes sociais tem se mostrado como uma solução inovadora para fortalecer a segurança em eventos públicos (Ribeiro Filho, 2019). Esses recursos permitem a detecção eficiente de ameaças e uma resposta rápida a situações de risco.

Drones, especificamente, podem realizar sobrevoos em áreas de difícil acesso, oferecendo uma visão abrangente e contínua do ambiente, o que aumenta significativamente a eficácia das operações de segurança (Santos, 2022). No caso Jair Bolsonaro, a utilização de drones e inteligência artificial poderia ter identificado o agressor antes do ataque, fornecendo um alerta preventivo à equipe de segurança. Ademais, o caso evidenciou como a ausência de



uma estrutura integrada dificultou a atuação coordenada da equipe de segurança no momento do atentado.

Além disso, a implementação de câmeras e sensores de monitoramento em tempo real, combinados com *softwares* de análise preditiva, pode proporcionar uma gestão de segurança mais eficaz, prevenindo incidentes antes mesmo de sua concretização. Essas soluções permitem o rastreamento contínuo de movimentações suspeitas e a identificação de padrões comportamentais que indiquem potenciais ameaças.

No caso de Geraldo Alckmin, a análise de redes sociais e monitoramento preditivo teriam sido úteis para mapear manifestações hostis e evitar o ambiente de tensão que facilitou a formação da aglomeração hostil. Logo, um monitoramento aprimorado das redes sociais poderia ter identificado possíveis ameaças antes do ocorrido.

É essencial que a modernização dos protocolos de segurança seja acompanhada de um equilíbrio entre proteção e respeito às liberdades individuais. Eventos públicos representam momentos de interação entre autoridades e sociedade, mas a segurança não pode ser comprometida em nome da acessibilidade. A implementação de tecnologias deve garantir que as aparições públicas ocorram de maneira segura, sem comprometer os valores democráticos.

Entretanto, como aponta Silva (2014), a eficácia da segurança de dignitários não depende exclusivamente de tecnologias avançadas. Além da implementação de tecnologias, treinamentos contínuos e simulados de crise são fundamentais para a preparação das equipes de segurança. No caso de Bolsonaro, a falta de treinamento específico sobre proteção em ambientes abertos foi determinante para a falha na prevenção do ataque. Simulações práticas permitem a vivência de diferentes cenários de risco, aumentando a capacidade de reação e prevenção de incidentes.

É essencial capacitar os agentes de segurança para lidar com decisões imprevisíveis dos próprios dignitários. No caso de Mário Covas, sua decisão de ignorar os protocolos de segurança aumentou a vulnerabilidade do evento. A formação técnica deve reforçar a importância do cumprimento dos procedimentos de segurança, mesmo diante de resistência por parte da autoridade protegida (Cavalcante, 2014). Assim sendo, é essencial que os profissionais de segurança estejam capacitados para lidar com comportamentos imprevisíveis de autoridades, como no caso em que dignitários optam por se expor ao público, ignorando os protocolos de segurança (Goffman, 1959).

A cultura organizacional e a ética profissional também desempenham um papel crucial. Estudos de Metello (2016) demonstram que uma percepção positiva da ética no trabalho influencia diretamente a qualidade das operações de segurança. Dessa forma, garantir que os



agentes de segurança ajam de maneira profissional e transparente contribui para a confiança no sistema de proteção.

Outro fator crítico identificado nos casos analisados foi a falta de coordenação entre as diferentes forças de segurança. A criação de centros de comando unificados, nos quais representantes de agências federais, estaduais e municipais possam compartilhar informações em tempo real, é uma medida essencial para otimizar a resposta a ameaças.

Logo, na situação que envolveu Mário Covas, falhas de coordenação entre os agentes de segurança comprometeram a resposta ao incidente. Assim, o uso de um centro de comando integrado poderia ter garantido um monitoramento mais eficiente da multidão, evitando o contato direto com manifestantes exaltados.

Por fim, conforme Cavalcante (2015), equilibrar a proteção de dignitários e o respeito às liberdades individuais é um desafio constante. Medidas excessivamente rigorosas podem gerar distanciamento entre líderes e a população, enquanto a negligência na segurança pode resultar em situações de risco. Políticas de segurança devem integrar inovação tecnológica com planejamento estratégico, garantindo tanto a proteção dos dignitários quanto a preservação dos valores democráticos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proteção de dignitários em aparições públicas é um tema de extrema relevância, que envolve desafios complexos e exige estratégias multifacetadas. Este estudo analisou vulnerabilidades relacionadas às aparições públicas de autoridades do poder executivo no Brasil, analisando as medidas de segurança implementadas para a proteção desses dignitários e as principais falhas nos protocolos de segurança, destacando casos emblemáticos como os de Jair Bolsonaro, Geraldo Alckmin e Mário Covas. Esses episódios evidenciaram problemas como a falta de controle de acesso, falhas no monitoramento de multidão e a desconsideração de protocolos por parte dos próprios dignitários.

A importância do tema reside não apenas na preservação da integridade física das autoridades, mas também na manutenção da ordem pública e da confiança nas instituições democráticas. Falhas na segurança de dignitários podem ter impactos significativos, tanto para a imagem do Estado quanto para a sociedade, especialmente em contextos de polarização política e tensão social.

Este estudo contribui para a área de segurança pública ao destacar a necessidade de uma abordagem integrada, que combine planejamento estratégico, treinamento contínuo das equipes de segurança e a adoção de tecnologias avançadas. Dessa maneira, o trabalho reforça a



importância da cultura organizacional e do profissionalismo dos agentes de segurança, destacando que a ética e a conduta profissional são fundamentais para a eficácia das operações. A conscientização dos dignitários sobre os riscos de suas aparições também se mostra essencial para o sucesso das medidas preventivas.

Em síntese, garantir a segurança de dignitários exige inovação, planejamento e colaboração entre diferentes atores, sempre em consonância com os valores democráticos e os direitos fundamentais dos cidadãos. Este trabalho contribui para essa discussão, oferecendo recomendações que podem orientar a melhoria dos protocolos de segurança e a adoção de práticas mais eficazes, sempre em consonância com os valores democráticos e os direitos fundamentais dos cidadãos.



REFERÊNCIAS

- AGIBERT, C. Segurança Executiva e de Autoridades. **Intersaberes**. 1.Ed. Curitiba: 2017.
- ALMEIDA, J. **Segurança de dignitários: desafios e estratégias**. São Paulo: Editora Segurança, 2021.
- BORBA, J.; CARDOSO, G. R.. Legitimidade democrática e apoio político: inovações recentes no debate internacional. **Opinião Pública**, v. 27, n. 2, p. 333–359, maio 2021.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. **Presidência da República**: Casa Civil, Brasília, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14600 Acesso em: 26 fev. 2025.
- CAVALCANTE, V. D. **A segurança das autoridades**. 2015. Disponível em <http://www.viasseg.com.br/artigos/seguranca_autoridades_vinicius.htm>, acesso em: 12 fev. 2025.
- CAVALCANTE, V. D. **Segurança de dignitários: protegendo pessoas muito importantes**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2014. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br.pdf>> Acesso em: 20 de fev de 2025.
- CAVALCANTE, V. D. Segurança de Autoridades. **Artigo Site ViaSeg** (Brasil), 2019.
- CUNHA, P. Segurança de autoridades no Brasil: lições aprendidas e desafios futuros. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 14, n. 2, p. 56-78, 2020
- DALL’ACQUA, A. J. J. O exercício da função de segurança de dignitários: desafios para a formação dos oficiais da polícia militar do estado de Mato Grosso. Homens do Mato - **Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública**, v. 18, n. 2, p. 159, 12 dez. 2018.
- DOURADO, M. **Planejamento Estratégico de Segurança para Dignitários do Poder Judiciário**. 34f. Monografia de Especialização em Planejamento de Ações de Segurança que visem a Proteção de Dignitários do Poder Judiciário. Brasília: Universidade Gama Filho, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.
- FOLHA DE S. PAULO. **Professores apedrejam e ferem Covas**. 2 jun. 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0206200002.htm>. Acesso em: 6 fev. 2025.
- FOLHA DE S. PAULO. **Alckmin é hostilizado por estudantes na Faculdade de Direito da USP**. 24 fev. 2016. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1742980-alckmin-e-hostilizado-por-estudantes-na-faculdade-de-direito-da-usp.shtml>. Acesso em: 22 fev. 2025
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Eleições 2018: Bolsonaro é esfaqueado em campanha; estado é estável, mas inspira cuidados**. **Diário**. Disponível em: < <https://aovivo.folha.uol.com.br/2018/09/06/5484-aovivo.shtml> >. Acesso em: 22 fev. 2025.



GOFFMAN, E. *A apresentação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Sérgio Milliet. 1. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1959.

JB ONLINE. **Alckmin é vaiado e chamado de assassino durante visita à USP**. *Jornal do Brasil*, 24 fev. 2016. Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/noticias/2016/02/24/alckmin-e-vaiado-e-chamado-de-assassino-durante-visita-a-usp.html>. Acesso em: 30 jan. 2025.

METELLO, M. S. A percepção dos agentes de proteção na atividade de segurança e proteção de dignitários da casa militar de mato grosso com relação aos aspectos éticos comportamental. **Homens do Mato-Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública**, v. 16, n. 1, 2016.

MINAS GERAIS (Estado). Decreto nº 48.710, de 26 de outubro de 2023. Regulamenta a segurança institucional no Estado de Minas Gerais. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 2023. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEC/48710/2023/>. Acesso em: 03. Fev. 2025.

PARAÍBA. Lei nº 10.804, de 14 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a segurança de autoridades e estabelece diretrizes para a proteção de agentes públicos. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**, João Pessoa, PB, 15 dez. 2016. Acesso em: 03 de Fev. 2025.

RIBEIRO FILHO, R. N. **A atividade de segurança pessoal de dignitários como uma das possibilidades de carreira em y no âmbito do Exército Brasileiro**. Orientação: Klaiton Alexandro Sant'Anna Cota. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 48.526, de 4 de março de 2004. Dispõe sobre a organização e funcionamento da segurança institucional no Estado de São Paulo. **Diário Oficial do Estado de São Paulo: Poder Executivo**, São Paulo, SP, 5 mar. 2004. Disponível em: <https://search.app/RftCuPBzMDgYWH8dA>. Acesso em: 03 de Fev. 2025.

SANTOS, R. P; NEVES, E. T; CARNEVALE, F. Metodologias qualitativas em pesquisa na saúde: referencial interpretativo de Patricia Benner. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.l.], v. 69, n. 1, p. 178-182, jan. 2016.

SANTOS, A. P. **Protocolos de segurança pública e sua aplicação em eventos de grande escala**. Rio de Janeiro: Editora Segurança, 2022.

SILVA, A. **Segurança e poder: uma análise crítica**. Brasília: Ed. Nacional, 2019.

SILVA, J. P. **Resumo básico de segurança de dignitários**. (2014). Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/239443852/Resumo-Basico-de-Seguranca-de-Dignitarios>. Acesso em: 22 fev. 2025.

SILVA, C. C. V. E; PEREIRA, A. E. A Teoria de Securitização e a sua aplicação em artigos publicados em periódicos científicos. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 69, p. e007, 2019.

SOUZA, F. P. **Análise preditiva e big data na segurança pública: tendências e inovações**. Brasília: Editora Tecnológica, 2023.



YIN, R. K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. Bookman. Porto Alegre (2Ed.), 2001.

YOUTUBE. Agressão a covas durante a greve dos professores em 2000. **YouTube**, 2000.
Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=G1TatUqBw7A&ab_channel=fundacao+mariocovas. Acesso em: 30 jan. 2025.

YOUTUBE. Assista ao momento do esfaqueamento de Bolsonaro em 6 de setembro de 2018 - 7. **YouTube**, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4J6yRmvqQzE&ab_channel=Poder360. Acesso em: 30 jan. 2025.

